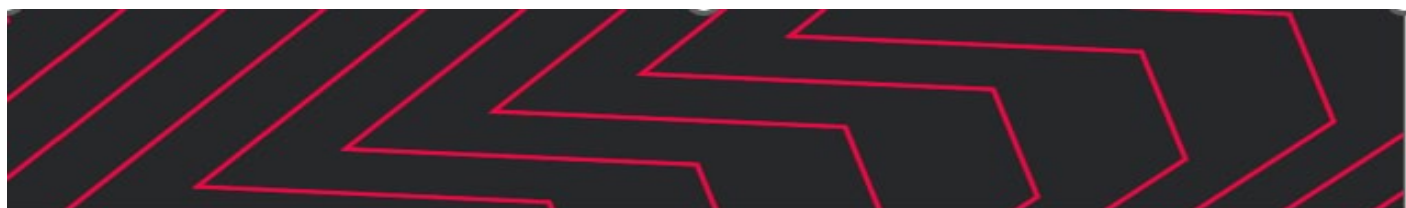


Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2023





MAGNUM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Exercício e Semestre findos em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	4 - 6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12 - 20

MAGNUM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Relatório da Administração

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas referente aos exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela lei das Sociedades por Ações com observância as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), quando aplicável, e apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A MAGNUM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. ("Sociedade") tem por objetivo o desenvolvimento de soluções que tragam uma nova experiência aos clientes na realização de operações de empréstimos e financiamento, na emissão de moeda eletrônica e instrumento de pagamentos pré e pós-pagos, exclusivamente através de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem o capital próprio.

Tem como meta, propiciar maior oferta de crédito e principalmente serviços financeiros que se adequem às necessidades do setor varejista nacional, o que permitirá em médio prazo a redução da escassez de crédito, gerando um fortalecimento à recuperação e aumento da economia brasileira e a capacidade do micro e pequenos empreendedores de ampliarem seus negócios, bem como, de suas redes de relacionamentos, como clientes, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços.

A Sociedade foi constituída em 27 de dezembro de 2021 e não apresentou atividade operacional aberta ao público ou qualquer outra modificação em sua composição acionária ou de investimentos ao final de 31 de dezembro de 2023.

Como determinado pelo estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório será corresponde a 25% sobre o lucro líquido apurado, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a MAGNUM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO não destinou dividendos, em decorrência da apuração de resultados negativos.

São Paulo, 28 de março de 2024

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Magnum - Sociedade de Crédito Direto S.A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Magnum - Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Magnum - Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



João Paulo Dal Póz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

MAGNUM SOCIEDADE DE CREDITO DIREITO S.A
CNPJ: 44.683.140/0001-87

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em R\$ 1.000

A T I V O	NE	31/12/23	31/12/22
CIRCULANTE		2.420	4.500
DISPONIBILIDADES		11	72
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.252	4.353
Aplicação interfinanceira de Liquidez		-	207
Títulos e valores mobiliários	3	2.137	4.146
Relações interfinanceiras	4	114	-
Operações de crédito		1	-
OUTROS ATIVOS	5	157	75
Outros créditos - Diversos		157	68
Despesas antecipadas		-	7
NÃO CIRCULANTE		139	-
IMOBILIZADO DE USO		139	-
Outras imobilizações de uso		150	-
(Depreciações acumuladas)		(11)	-
TOTAL DO ATIVO		2.559	4.500

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em R\$ 1.000

	P A S S I V O	NE	31/12/23	31/12/22
CIRCULANTE			1.350	363
INSTRUMENTOS FINANCEIROS			55	-
Depósitos			52	-
Relações interfinanceiras			3	-
OUTROS PASSIVOS		6	1.295	363
Fiscais e previdenciárias			81	68
Diversas			1.214	295
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			1.209	4.137
Capital:		7	8.000	6.000
De Domiciliados no país			6.000	6.000
Aumento de capital a homologar			2.000	-
(Prejuízos acumulados)			(6.791)	(1.863)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			2.559	4.500

DIRETORIA
ROBERTO GRAZIANO

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MAGNUM SOCIEDADE DE CREDITO DIREITO S.A

CNPJ: 44.683.140/0001-87

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

Valores em R\$ 1.000

	NE	2º-SEM-23	2023	2022
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		71	195	444
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		71	195	444
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		71	195	444
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(1.875)	(4.979)	(2.307)
Despesas de pessoal	8.1	(784)	(1.685)	(955)
Outras despesas administrativas	8.2	(1.098)	(3.306)	(1.331)
Despesas tributárias		(5)	(11)	(21)
Outras receitas operacionais		13	24	-
Outras despesas operacionais		(1)	(1)	-
RESULTADO OPERACIONAL		(1.804)	(4.784)	(1.863)
E PARTICIPAÇÕES		(1.804)	(4.784)	(1.863)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(144)	(144)	-
PREJUÍZO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(1.948)	(4.928)	(1.863)
Nº de ações		8.000.000	8.000.000	6.000.000
Prejuízo por ação.....R\$		(0,24)	(0,62)	(0,31)

DIRETORIA

ROBERTO GRAZIANO

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MAGNUM SOCIEDADE DE CREDITO DIREITO S.A
CNPJ: 44.683.140/0001-87

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023		Valores em R\$ 1.000	
	2º-SEM-23	2023	2022
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(1.948)	(4.928)	(1.863)
RESULTADO ABRANGENTE	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(1.948)	(4.928)	(1.863)

DIRETORIA
ROBERTO GRAZIANO

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

Valores em R\$ 1.000

Exercício de 01/01/22 a 31/12/22				
	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL A HOMOLOGAR	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/22	3.000	-	-	3.000
Aumento de capital a homologar	3.000	-	-	3.000
Prejuízo do exercício	-	-	(1.863)	(1.863)
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/22	6.000	-	(1.863)	4.137
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	3.000	-	(1.863)	1.137
Exercício de 01/01/23 a 31/12/23				
	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL A HOMOLOGAR	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/23	6.000	-	(1.863)	4.137
Aumento de capital a homologar	-	2.000	-	2.000
Prejuízo do exercício	-	-	(4.928)	(4.928)
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/23	6.000	2.000	(6.791)	1.209
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	2.000	(4.928)	(2.928)
Semestre de 01/07/23 a 31/12/23				
	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL A HOMOLOGAR	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/23	6.000	-	(4.843)	1.157
Aumento de capital a homologar	-	2.000	-	2.000
Prejuízo do semestre	-	-	(1.948)	(1.948)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/23	6.000	2.000	(6.791)	1.209
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:		2.000	(1.948)	52

DIRETORIA
ROBERTO GRAZIANO

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MAGNUM SOCIEDADE DE CREDITO DIREITO S.A

CNPJ: 44.683.140/0001-87

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-23	31/12/23	31/12/22
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre e exercício	(1.948)	(4.928)	(1.863)
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	7	11	-
Ajustes de avaliação patrimonial no resultado	1	1	-
	(1.940)	(4.916)	(1.863)
Variação de Ativos e Obrigações	34	2.798	(858)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	(2.119)	1.893	(1.146)
(Aumento) redução de outros ativos	1.299	(31)	(8)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	54	55	-
Aumento (redução) em outros passivos	808	932	363
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8)	(51)	(67)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.906)	(2.118)	(2.721)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Alienações de:			
Imobilizado de uso	(90)	(150)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(90)	(150)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	2.000	2.000	3.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	2.000	2.000	3.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4	(268)	279
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	7	279	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	11	11	279

DIRETORIA
ROBERTO GRAZIANO

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A Magnum Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Sociedade") fundada em 17 de dezembro de 2020, é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 27 de dezembro de 2021 (data do início das atividades). Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2021, as operações da Sociedade eram representadas substancialmente por créditos vinculados ao Banco Central do Brasil (veja Nota 3) e seu funcionamento está disciplinado pela Resolução CMN nº 4.656 de 26 de abril de 2018.

Em 27 de maio de 2022, a Sociedade obteve novo aumento de capital por meio de AGE aprovada pelo BACEN em 28 de junho de 2022. Em 27 de novembro de 2023, a Sociedade obteve novo aumento de capital por meio de AGE aprovada pelo BACEN em 25 de janeiro de 2024.

A Sociedade tem por objeto social a prática de: (a) realização de operações de empréstimos, de financiamento e aquisição de direitos creditórios; (b) emissão de moedas eletrônicas. (c) prestação de serviços de análise de crédito de terceiros e de cobrança de crédito de terceiros; (d) atuação como representante de seguros na distribuição de seguros relacionados com as operações de crédito e de financiamento por ela originadas, observada, neste caso, a regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); (e) emissão de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da regulamentação em vigor; e (f) participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista exceto de instituições financeiras.

A Sociedade foi constituída sob o CNPJ 44.683.140/0001-87 e possui sede na Alameda Santos, nº 1.940, 11º andar na cidade de São Paulo - SP

2 Apresentação das demonstrações e resumo das práticas contábeis

a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Sociedade, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

A administração avaliou a capacidade da Sociedade em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras de Sociedade foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade e foram aprovadas em 28 de março de 2024.

b. Descrição das práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN em conjunto com as normas e resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") regulamentadas conforme o Plano de Contas das Instituições do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Sistema Nacional ("COSIF") e diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê e Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pelo Conselho Monetário Nacional até o momento. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

	Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	15/12/11	<i>Framework</i>	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	07/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	07/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.534/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/10	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.877/20
CPC 41	Resultado por Ação	06/08/10	IAS 33	3.959/19
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	07/12/12	IAS 13	4.748/19
CPC 47	Receita de Contrato de Cliente	04/11/16	IFRS 15	4.924/21

b.1 Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regimento de competência, observando-se critérios "pro-rata" dia para aquelas de natureza financeira.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das práticas contábeis. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Não há estimativas e suas premissas importantes requeridas nessas demonstrações financeiras.

A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos semestralmente conforme determinado pelas regras contábeis.

b.3 Instrumentos financeiros

Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade não possuía títulos próprios classificados nas categorias descritas no item (ii) e item (iii), e não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

b.4 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- **Obrigações Legais** - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há ativos, passivos contingentes e obrigações legais em qualquer situação envolvendo a Sociedade.

b.5 Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto de acordo com a Resolução do CMN nº 3.064/08, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 03).

b.6 Ativo e Passivo circulante e exigível a longo prazo

Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões: uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

b.7 Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34, inciso V e §§ 4º e 5º passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Observado esse regramento, salienta-se que nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve resultados não recorrentes.

b.8 Impostos de renda, contribuição social, PIS e COFINS

i) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 sobre as bases de apuração anual para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 ("MP") que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, os impactos não foram relevantes nas demonstrações contábeis da Sociedade.

ii) Pis e Cofins

As despesas com Pis e Cofins são calculados sobre as receitas sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente para as receitas de faturamento e outras receitas operacionais; e, de 0,65% e 4% respectivamente para as receitas financeiras.

3 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os títulos e valores mobiliários estão classificados como "Títulos para Negociação", conforme abaixo:

		31/12/2023	31/12/2022
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de mercado
Circulante			
Carteira própria			
Cotas de Fundos RF SIMPLES FICFI	Sem vencimento	111	4.146
Vinculados ao Banco Central			
Letras financeiras do tesouro	-	2.026	-
Total		2.137	4.146

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

4 Relações Interfinanceiras

Referem-se ao total de saldo de depósito com operações mantidas sobre custódia no Banco Central do Brasil.

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos vinculados ao BACEN		
Banco Central – Depósito de moeda	53	-
Conta SPI – Banco Central	61	-
Total	114	-

5 Outros ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais	14	-
Férias	14	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Impostos e contribuições	125	68
Impostos e contribuições a compensar	124	68
Impostos a recuperar	1	-
Títulos e créditos a receber	3	-
Devedores diversos - PAIS	15	-
Cobrança a processar cartões	11	-
Validador STR	4	-
Despesas antecipadas	-	7
Vale alimentação/refeição	-	7
Total	157	75

6 Outros passivos

	31/12/2023	31/12/2022
Fiscais e previdenciárias	81	68
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	6	12
Impostos e contribuições sobre salários	73	54
Outros	2	2
Diversas	1.214	295
Despesas de Pessoal	79	79
Outras despesas administrativas	-	16
Credores diversos – Pais (*)	1.135	200
Total	1.295	363

* Valor representado substancialmente pelo montante de R\$ 1.135 (R\$ 193 em 31 de dezembro de 2022) da Magnum Industria da Amazonia S/A referente a despesas pagas.

7 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social de R\$ 8.000 (R\$ 6.000 em 31 de dezembro de 2022), está representado por 8.000.000 (6.000.000 em 31 de dezembro de 2022) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

Em 27 de maio de 2022 foi deliberado o aumento de capital de R\$ 3.000. O capital passou a ser de R\$ 3.000 para R\$ 6.000, com a emissão de 3.000.000 novas ações ordinárias. Este aumento foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 28 de junho de 2022.

Em 27 de novembro de 2023 foi deliberado o aumento de capital de R\$ 2.000. O capital passou de R\$ 6.000 para R\$ 8.000, com a emissão de 2.000.000 novas ações ordinárias. Este aumento está em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

b. Destinações do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a seguinte destinação:

- i) 5% para a reserva legal, até que essa atinja 20% do capital social;
- ii) pelo menos 25% do lucro líquido ajustado, para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas;
- iii) o saldo restante deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais a esse respeito.

8 Demonstração do resultado

8.1 Despesa de pessoal

	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios	(108)	(238)	(113)
Encargos Sociais	(167)	(363)	(214)
Proventos	(509)	(1.084)	(628)
Total	(784)	(1.685)	(955)

8.2 Outras despesas administrativas

	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Água, Energia e Gás	(2)	(3)	-
Aluguéis	(15)	(355)	(258)
Comunicações	(13)	(29)	-
Processamento de dados	(598)	(1.131)	(105)
Serviços do sistema financeiro	(31)	(53)	(9)
Despesa com serviços técnicos especializados (*)	(415)	(1.610)	(849)
Outras despesas administrativas	(16)	(114)	(110)
Depreciação	(8)	(11)	-
Total	(1.098)	(3.306)	(1.331)

(*) Incluem despesas com auditoria externa, cujo montante total anual para o grupo é de R\$ 127 (R\$ 106 em 31 de dezembro de 2022).

9 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

As Sociedades de Crédito Direto – SCD, estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade da Sociedade. De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e

compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade.

a. Risco Operacional

Evento entendido como um incidente que resulta em perdas ou impactos decorrentes de erro, falha, deficiência ou inadequação de processos. A Magnum SCD divide em categorias de quase perda, perda efetiva, perda potencial e ganhos e as classifica em Fraudes internas; Fraudes externas; Demandas trabalhistas; Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviço; Danos a ativos físicos próprios ou de terceiros; Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; Falhas sistêmicas; e Falhas na execução.

A avaliação do risco é realizada pela Área de Riscos em conjunto com os gestores, a partir da classificação do risco, dos fatores de probabilidade de ocorrência, severidade/relevância e das consequências do impacto e são documentadas por meio da Matriz de Riscos e Controles cabendo a administração junto a Área de Riscos definirem critérios de tolerabilidade e esforços direcionados para prevenção e proteção.

b. Risco de Crédito

Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras, deterioração da qualidade creditícia, reestruturação do instrumento financeiro, garantias insuficientes, risco País, custos de recuperação e concentração de crédito. O processo de gestão de risco de crédito inclui estabelecimento de limites a exposição ao risco de crédito, adequação do ambiente tecnológico para monitoramento da admissão, acompanhamento, reestruturação e término das operações, classificação por níveis de riscos, controle de garantias e testes de estresse.

c. Risco de Liquidez

Incapacidade de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, afetando suas operações diárias e incorrendo em perdas significativas.

A Magnum SCD opera com capital próprio preservando o capital de terceiros reduzindo significativamente seu risco de liquidez. A entidade opera com o gerenciamento dos fluxos de caixa observando os limites operacionais, monitorando descasamento de taxas e prazos de suas operações e criando cenários (testes de estresse) para apurar possíveis exposições da sua capacidade de liquidez.

10 Gerenciamento de capital

Para gerenciamento de capital, é seguido os requerimentos da Resolução CMN nº 4.606/17 e suas alterações. A Sociedade está enquadrada no Segmento S5 e utiliza metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PRS5). Em 31 de dezembro de 2023, a Magnum Sociedade de Crédito Direto S.A. apresentou um Patrimônio de Referência de (R\$ 791). Para instituições enquadradas no PRS5, o requerimento mínimo de capital exigido pelo art. 12, II da Resolução CMN nº 4.606/17 é de 17% dos ativos ponderados pelo risco. Foi observado as medidas prudenciais preventivas de incompatibilidade do capital regulatório, regularizado com a aprovação do aumento de capital realizado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

em 27 de novembro de 2023. A Sociedade se encontra em conformidade com as normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil no que se refere à metodologia simplificada, mantendo PRS5 em valor superior ao requerimento mínimo.

11 Partes relacionadas

As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas entre Magnum Sociedade de Crédito Direto e Magnum Industria da Amazônia S/A, pertencentes do mesmo grupo econômico. As transações são apresentadas de acordo com os custos e preços definidos entre as partes.

Para os saldos apresentados para o período de 31 de dezembro de 2023 e 2022 não haverá incidência de remuneração ou correção monetária.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Partes Relacionadas - Passivo	1.135	193
Rateio de despesas	1.135	193

	<u>2º sem/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Partes Relacionadas - Resultado	942	942	193
Rateio de despesas	942	942	193

12 Contingências

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais contra a Companhia.

13 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possui prejuízos fiscais acumulados no montante de R\$ 6.791 (R\$ 1.863 em 31 de dezembro de 2022). O estoque de crédito tributário não reconhecido em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 2.309 (R\$ 633 em 31 de dezembro de 2022).

14 Eventos subsequentes

Em 25 de janeiro de 2024 foi homologado o aumento de capital pelo Banco Central do Brasil, passando de R\$ 6.000 para R\$ 8.000.

ROBERTO GRAZIANO
Diretor-Presidente
CPF 021.470.988-41

REINALDO DANTAS
Contador
CRC 1SP110330/O-6